

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Econômico

No âmbito doméstico, o 1º semestre de 2017 foi marcado pela manutenção de um quadro de instabilidade política e pelo início da retomada do crescimento econômico, embora em ritmo lento e instável. Apesar das turbulências, o governo obteve junto ao Congresso Nacional a aprovação da reforma trabalhista, mas a tramitação da reforma previdenciária foi postergada para o 2º semestre. O aumento das incertezas políticas estancou o incipiente ciclo de retomada da confiança e valorização dos ativos domésticos, embora ao final do semestre o ambiente tenha se tornado mais ameno. No exterior, os primeiros meses do ano trouxeram alguma frustração quanto à capacidade do novo governo norte-americano de implementar sua agenda, o que, em conjunto com a acomodação da inflação, esfriou o ímpeto global do dólar. A China continuou crescendo de forma robusta, enquanto a Zona do Euro sustentou a expansão gradual, tendo recebido o impulso da eleição na França, o que reduziu os temores na região.

No Brasil, sinais econômicos mais positivos e a crescente perspectiva de avanços na agenda estrutural vinham sancionando a melhora dos índices de confiança e dos preços dos ativos domésticos, até a eclosão de uma nova crise política em maio. Na economia real, o destaque ficou para o PIB do 1º trimestre, que cresceu 1,0% na margem e interrompeu uma sequência de oito trimestres consecutivos de queda. Apesar da concentração do bom resultado no setor agropecuário, com expansão de 13,4%, também houve um pequeno crescimento de 0,9% do PIB industrial, sinal importante para um setor muito enfraquecido nos últimos anos. No acumulado até maio, a produção industrial cresceu 0,5% na comparação com o mesmo período de 2016, com destaque para a recuperação da produção de bens de consumo duráveis (+ 11,0%) e bens de capital (+ 3,5%). Parte desta melhora é atribuída ao setor externo, tendo em vista as limitações de retomada da demanda local. Porém, ao longo do semestre os números das vendas no varejo também começaram a reagir. Se no acumulado até maio as vendas reais ainda recuaram 0,8% ante o mesmo período de 2016, especificamente nos meses de abril e maio houve alta na comparação anual, de 1,7% e 2,4% respectivamente. A gradativa reação do consumo tem sido proporcionada pela melhora da renda real, a despeito do mercado de trabalho enfraquecido. Isto tem sido possível pela queda da inflação em ritmo mais intenso que a desaceleração dos reajustes salariais, embora esta dinâmica deva se equilibrar nos próximos meses, com a acomodação da inflação e aumentos cada vez mais reduzidos dos salários. Outro fator que tem contribuído com a retomada do consumo é a incipiente melhora das concessões de crédito para pessoas físicas, no embalo do processo de queda das taxas de juros. Por fim, a liberação de recursos das contas do FGTS ao longo dos últimos meses também forneceu um impulso pontual.

Uma surpresa positiva registrada ao longo do 1º semestre foi a intensificação da queda da inflação, ilustrada pelo IPCA de 3,0% e IGP-M de -0,78%, ambos acumulados nos 12 meses encerrados em junho. O quadro inflacionário benigno é complementado pela abertura favorável dos índices de preços, com núcleos e índice de difusão reduzidos pela ancoragem das expectativas de inflação, que estão abaixo da meta em 2017 e 2018, na recuperação lenta da economia, que envolve uma taxa de desemprego ainda alta, e pela manutenção de uma taxa de câmbio controlada, apesar das incertezas. Neste contexto, a flexibilização da política monetária teve prosseguimento nos últimos meses. A taxa Selic, que iniciou o ano de 2017 em 13,75%, atingiu 9,25% em julho.

No mercado de crédito, as concessões começaram a reagir lentamente, no caso dos empréstimos destinados às pessoas físicas. As operações com recursos livres cresceram 7,5% no 1º semestre, ante o mesmo período de 2016. Já no crédito voltado às pessoas jurídicas, o cenário permaneceu adverso, com recuo de 7,0% nos volumes concedidos na mesma base de comparação (crédito livre). Os índices de inadimplência seguiram trajetória semelhante. A taxa PF cedeu de 6,1% no final de 2016 para 5,8% em junho de 2017, em dinâmica que deve ser considerada positiva diante do quadro adverso do mercado de trabalho. Enquanto isso, a taxa de inadimplência PJ subiu ao longo do semestre até maio, quando atingiu 6,0%, tendo recuado em junho para 5,3% - ainda assim, acima do observado no final de 2016 (5,2%).

As contas externas continuaram fornecendo boas notícias ao País. O superávit comercial somou US\$ 36,2 bilhões no 1º semestre, montante bem superior ao registrado no 1º semestre de 2016 (US\$ 23,6 bilhões). Embora as importações tenham começado a reagir, diante da estabilização da economia e do real mais fortalecido, as exportações foram impulsionadas pela melhora dos preços de importantes itens da pauta. Esse desempenho da balança acentuou a tendência de ajuste da conta corrente, cujo acumulado entre janeiro e junho ficou ligeiramente superavitário em US\$ 715 milhões, algo que não ocorria desde 2007. Vale lembrar que, nos mesmos períodos de 2015 e 2016 os déficits haviam sido de US\$ 38,4 bilhões e US\$ 8,5 bilhões, respectivamente.

As contas públicas, por sua vez, seguiram como o principal fator negativo da economia brasileira. A despeito das medidas tomadas, o déficit primário do governo central somou R\$ 56 bilhões nos primeiros seis meses do ano, dificultando ainda mais o alcance da meta de R\$ 139 bilhões de déficit em 2017. Nos 12 meses encerrados em junho, o déficit primário atingiu 2,8% do PIB, comportamento que manteve o endividamento em alta. A dívida pública bruta subiu de 69,9% do PIB no final de 2016 para 73,1% do PIB em junho, dados que reforçam o quadro fiscal extremamente difícil. As receitas deram sinais de estabilização, com a arrecadação federal subindo 0,8% em termos reais no período. Porém, as despesas seguem em expansão, puxadas pelos gastos com previdência social, não totalmente compensados pelo contingenciamento de despesas.

Nos mercados, as turbulências políticas acentuaram a volatilidade, mas em linhas gerais os ativos brasileiros sustentaram patamares valorizados, na expectativa de continuidade da atual política macroeconômica e da agenda de reformas estruturais. A taxa de câmbio, que iniciou o ano ao redor de R\$ 3,25/US\$, chegou a romper o nível de R\$ 3,10/US\$ antes do citado aumento das tensões políticas em maio. Com isso, o dólar voltou a superar R\$ 3,30/US\$, mas a queda global do dólar e a sustentação da direção econômica levou a taxa de câmbio novamente a se aproximar de R\$ 3,10/US\$ em julho. Na Bovespa, a eclosão da nova crise ocorreu quando o índice tenciva atingir os 70 mil pontos, resultando na queda para cerca de 60 mil pontos. O índice recuperou parte das perdas e voltou a operar ao redor de 65 mil pontos em julho.

Em suma, a primeira metade de 2017 manteve o desempenho global satisfatório, a despeito das crescentes incertezas políticas nos Estados Unidos, e trouxe os primeiros sinais de lenta retomada de crescimento da economia brasileira. No âmbito local, turbulências políticas geraram volatilidade e ampliaram os riscos à continuidade da agenda reformista, embora os mercados tenham permanecido confiantes na manutenção da atual orientação econômica e da tentativa de aprovação da reforma da previdência, fundamental para sustentar o reequilíbrio das contas públicas no médio e longo prazo.

2. Bancoob

O Conglomerado Bancoob é constituído pelo Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob), banco múltiplo - carteiras comercial e imobiliária -, que integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), e pelas empresas Cabal Brasil Ltda., Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Bancoob DTVM), Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S.A. (Bancoob Par Seguridade). O Banco também é fundador e patrocinador da Fundação Sicoob Previ. Essas instituições são dedicadas a desenvolver soluções

financeiras para as cooperativas do Sicoob, que detêm o controle acionário do Banco.

Alcançando o resultado de R\$ 101 milhões no primeiro semestre de 2017, representando crescimento de 41% em relação ao mesmo período de 2016, o Bancoob afirma a sua condição de instituição sólida e empreendedora. Essa condição é refletida também em seus indicadores, cuja evolução apresenta-se ascendente. Em depósitos totais a Instituição findou o semestre com R\$ 30 bilhões, indicando 17% de crescimento. Em ativos totais a evolução no mesmo período foi de 18%, perfazendo o valor de R\$ 40,7 bilhões.

No primeiro semestre de 2017, o Banco teve seu *Rating* Nacional de Longo Prazo elevado pela *Fitch Ratings* para "AA", com perspectiva de estabilidade.

A elevação reflete forte resiliência do modelo de negócios do Banco e do Sicoob, frente ao cenário econômico adverso.

Alinhado ao Plano Estratégico do Sicoob 2016-2018, o Bancoob ampliou, no primeiro semestre de 2017, os produtos ofertados aos cooperados e lançou o Fundo Sicoob Referenciado DI. O produto é mais uma alternativa de investimento, disponibilizando diretamente aos cooperados por meio dos canais digitais.

Neste semestre, os produtos Sicoob Consórcios e Sipag destacaram-se pelo expressivo crescimento. Em consórcios, o aumento foi de 83% em relação ao primeiro semestre de 2016, somando 17 mil cotas e totalizando R\$ 998,5 milhões em negócios. Da mesma forma, o produto de aquisição - Sipag - apresentou evolução de 156% na quantidade de estabelecimentos credenciados, alcançando o total de 174 mil, ante 68 mil no mesmo período de 2016. Em faturamento, no primeiro semestre de 2017 a Sipag ultrapassou o volume de todo o ano de 2016, totalizando R\$ 7,07 bilhões.

3. Performance

O Bancoob encerrou o primeiro semestre de 2017 com ativos totais consolidados de R\$ 40,71 bilhões, aumento de 34,04% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 24,69 bilhões em junho de 2017, tem expressiva participação de títulos públicos federais na sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a 81,69% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 130 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 9,94 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 4,08% em relação ao primeiro semestre de 2016. Na composição total, destacam-se as linhas contratadas com recursos da Letra de Crédito do Agronegócio - LCA, que apresentaram expansão de 1.145%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Obrigatórios, Recursos Próprios, BNDES/Finame e FCO.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 610 milhões, com aumento de 37% em relação ao primeiro semestre de 2016.

c. Operações de cartões

O segmento de emissão de cartões, que encerrou o semestre com 1,3 milhão de plásticos com limite implantado, registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 10,3 bilhões no período, um crescimento de 44% em relação ao 1º semestre de 2016. A expansão da base de cartões junto aos sistemas cooperativos parceiros contribuiu com cerca de 21% dessa movimentação financeira.

d. Depósitos

Os depósitos totais consolidados alcançaram, no primeiro semestre de 2017, o valor de R\$ 30 bilhões, com aumento de 33,20% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 3,38 bilhões, um crescimento de 19,23% em relação a 2016.

e. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou, durante o primeiro semestre, um total de 147.254.641 documentos, número 17,22% superior ao primeiro semestre de 2016.

f. Novos convênios

No 1º semestre de 2017, novos convênios corporativos de arcação de futuras/guias com código de barras e débito automático foram adicionados ao portfólio do Sicoob, que encerrou o exercício com 523 parcerias. Merece destaque a formalização de convênios firmados com concessionárias de serviços públicos, secretaria de fazenda, seguradoras e empresas diversas, tais como a CORSAN RS - Companhia Riograndense de Saneamento, SEFAZ MA, SAECIL SP, ALGAR Telecom, Sicoob Seguradora, Ponta Consórcios, Copel Telecomunicações PR, SAMAE Timbó SC, SAAE Linhares ES, Prefeitura de Aparecida de Goiânia GO, Prefeitura de Praia Grande SP, Prefeitura de Unai MG, DAE Santa Bárbara SP, Unimed Palmas e Araguaína TO.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que, por sua vez, interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos - Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais políticas definem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional

à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:

- utilização do VaR - *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- limite máximo para exposição a risco de mercado;
- realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- plano de contingência.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- limite mínimo de liquidez;
- projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- planos de contingência de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BC 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos - Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito do tomador, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira do tomador. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de créditos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sicoob;
- área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamento necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- limites portofolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamento e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistemático contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos. Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos - Pilar III.

5. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

6. Patrimônio líquido e resultado do semestre

O patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2017 alcançou o montante de R\$ 1,45 bilhão, o que representa um crescimento de 32,33% em relação ao primeiro semestre de 2016.

No semestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 101,57 milhões, com retorno anualizado de 14,92% sobre o patrimônio líquido médio.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas e parceiros, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Bancoob, e aos profissionais do Banco e empresas controladas, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO (Em milhares de Reais)

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Ativo | | | | |
| Circulante | 26.482.634 | 18.088.215 | 26.549.816 | 18.133.219 |
| Disponibilidades (Nota 5) | 4.718 | 3.190 | 4.732 | 3.544 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6) | 13.124.618 | 7.662.814 | 13.124.618 | 7.662.814 |
| Aplicações no mercado aberto | 11.485.409 | 6.771.252 | 11.485.409 | 6.771.252 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 1.639.209 | 891.562 | 1.639.209 | 891.562 |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 7) | 1.358.958 | 1.252.353 | 1.392.162 | 1.266.375 |
| Carteira própria | 862.758 | 1.098.429 | 895.962 | 1.112.451 |
| Vinculados a compromissos de recompra | 26.514 | - | 26.514 | - |
| Vinculados à prestação de garantias | 469.686 | 153.924 | 469.686 | 153.924 |
| Relações interfinanceiras (Nota 20 a) | 1.347.341 | 883.406 | 1.347.341 | 883.406 |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | 726.111 | 628.382 | 726.111 | 628.382 |
| Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil | 621.158 | 254.952 | 621.158 | 254.952 |
| Relações com correspondentes | 72 | 72 | 72 | 72 |
| Operações de crédito (Nota 8) | 6.124.455 | 5.861.268 | 6.124.455 | 5.861.268 |
| Operações de crédito - Setor privado | 6.141.558 | 5.879.103 | 6.141.558 | 5.879.103 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (17.103) | (17.835) | (17.103) | (17.835) |
| Outros créditos | 4.485.462 | 2.194.509 | 4.518.878 | 2.424.687 |
| Créditos por avais e fianças honrados | 12 | - | 12 | - |
| Rendas a receber | 15.764 | 25.449 | 19.239 | 28.271 |
| Diversos (Nota 20b) | 4.481.465 | 2.376.824 | 4.511.406 | 2.404.180 |
| (-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (11.779) | (7.764) | (11.779) | (7.764) |
| Outros valores e bens | 37.082 | 30.675 | 37.630 | 31.125 |
| Outros valores e bens | 2.734 | 450 | 2.734 | 450 |
| Despesas antecipadas | 34.348 | 30.225 | 34.896 | 30.675 |
| Não circulante | 14.193.075 | 12.240.600 | 14.155.237 | 12.234.206 |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 199.074 | - | 199.074 | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 199.074 | - | 199.074 | - |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 7) | 10.009.896 | 8.307.167 | 10.009.896 | 8.351.316 |
| Carteira própria | 6.415.649 | 4.645.956 | 6.415.649 | 4.690.105 |
| Vinculados a compromissos de recompra | 37.487 | 115.166 | 37.487 | 115.166 |
| Vinculados à prestação de garantias | 3.556.760 | 3.546.045 | 3.556.760 | 3.546.045 |
| Operações de crédito (Nota 8) | 3.818.040 | 3.691.203 | 3.818.040 | 3.691.203 |
| Operações de crédito - Setor privado | 3.839.163 | 3.710.292 | 3.839.163 | 3.710.292 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (21.123) | (19.089) | (21.123) | (19.089) |
| Outros créditos | 33.995 | 122.456 | 34.737 | 123.080 |
| Diversos (Nota 20b) | 34.026 | 122.949 | 34.768 | 123.573 |
| (-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (31) | (493) | (31) | (493) |
| Investimentos | 81.299 | 67.854 | 29.804 | 10.978 |
| Participações em coligadas e controladas (Nota 10) | 81.099 | 67.654 | 29.604 | 10.778 |
| Outros investimentos | 200 | 200 | 200 | 200 |
| Imobilizado (Nota 11) | 47.385 | 49.809 | 54.008 | 52.897 |
| Imóveis de uso | 55.914 | 55.914 | 55.914 | 55.914 |
| Outras imobilizações de uso | 16.254 | 17.546 | 28.810 | 25.319 |
| (-) Depreciações acumuladas | (24.783) | (23.561) | (30.716) | (28.336) |
| Intangível (Nota 12) | 3.386 | 2.111 | 9.678 | 4.732 |
| <i>Softwares</i> | 9.567 | 7.442 | 20.877 | 14.058 |
| (-) Amortizações acumuladas | (6.181) | (5.331) | (11.199) | (9.326) |
| Total do ativo | 40.675.709 | 30.328.815 | 40.705.053 | 30.367.425 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Receitas da intermediação financeira | 1.739.803 | 1.473.998 | 1.741.498 | 1.477.344 |
| Operações de crédito (Nota 8h) | 4 | | | |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido ajustado | 184.796 | 131.050 | 202.062 | 142.822 |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social | 180.800 | 128.243 | 188.783 | 133.981 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7.955 | 5.375 | 7.955 | 5.375 |
| Depreciações e amortizações | 2.264 | 2.129 | 3.593 | 2.932 |
| Resultado de participações em controladas | (8.909) | (5.141) | (981) | - |
| Amortização de ágio de participação em controladas | 1.003 | 870 | 1.003 | 870 |
| Outras Receitas Operacionais | - | - | - | (1) |
| Juros pela venda do imobilizado | - | (1.511) | - | (1.511) |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis | 1.683 | 1.085 | 1.709 | 1.176 |
| Aumento das aplicações interfinanceiras de liquidez | (43.902) | (880.854) | (43.902) | (880.854) |
| Aumento de títulos e valores mobiliários | (660.731) | (1.138.675) | (651.560) | (1.190.204) |
| (Aumento) diminuição das relações interfinanceiras e interdependências | (33.801) | 56.142 | (33.801) | 56.142 |
| Aumento das operações de crédito | (125.896) | (323.756) | (125.896) | (323.756) |
| Aumento de outros créditos | (606.268) | (452.614) | (618.986) | (473.633) |
| Aumento de outros valores e bens | (4.300) | (3.951) | (4.370) | (4.398) |
| Aumento de depósitos | 4.349.334 | 3.733.546 | 4.362.067 | 3.724.729 |
| Aumento das obrigações por operações compromissadas | 288.174 | 296.708 | 288.174 | 296.708 |
| Aumento dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures | 266.969 | 31.512 | 266.969 | 31.512 |
| Aumento das obrigações por empréstimos e repasses | 60.536 | 12.896 | 60.536 | 12.896 |
| Aumento de outras obrigações | 362.620 | 400.999 | 348.043 | 462.045 |
| Imposto de renda e contribuição social (pagos) | (35.479) | (25.033) | (39.471) | (29.025) |
| Variação nos resultados de exercícios futuros | (34) | (37) | (34) | (37) |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais | 4.002.018 | 1.837.933 | 4.009.831 | 1.824.947 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Recebimento de dividendos coligadas | 1.858 | 1.042 | - | - |
| Alienação de imobilizado de uso | 22 | 103 | 33 | 103 |
| Aquisição de investimentos | - | (16.000) | - | - |
| Aquisição de imobilizado | (877) | (392) | (3.783) | (728) |
| Aquisição de intangível | (523) | (401) | (3.943) | (1.687) |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos | 480 | (15.648) | (7.693) | (2.312) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Aumento de capital social | 155.063 | 113.764 | 155.063 | 113.764 |
| Pagamento de Dividendos | (154.418) | (113.765) | (154.418) | (113.765) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | 645 | (1) | 645 | (1) |
| Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 4.003.143 | 1.822.284 | 4.002.783 | 1.822.634 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 7.055.539 | 3.374.972 | 7.055.913 | 3.374.976 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 11.058.682 | 5.197.256 | 11.058.696 | 5.197.610 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado, em 30 de junho de 2017, no valor de R\$ 8.648.496 e R\$ 8.657.505, respectivamente, não oferece risco em função do que segue: i) aproximadamente 70,59% no balanço individual e 70,77% no balanço consolidado, do ativo não circulante constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Mo-netário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Cabal Brasil Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, que aprovou essas demonstrações contábeis em 15 de agosto de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso - 4,70%, equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até agosto, e 20% a partir de setembro, conforme alteração da Lei nº 7.689/88, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos Técnicos – CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Caixa | | | | |
| Disponibilidades (Nota 5) | 4.718 | 3.190 | 4.732 | 3.544 |
| Moeda nacional | 288 | 234 | 301 | 588 |
| Moeda estrangeira | 4.430 | 2.956 | 4.431 | 2.956 |
| Equivalentes de caixa | | | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) – (Nota 6) | 11.053.964 | 5.194.066 | 11.053.964 | 5.194.066 |
| Total | 11.058.682 | 5.197.256 | 11.058.696 | 5.197.610 |

5. Disponibilidades

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Moeda nacional | 288 | 234 | 301 | 588 |
| Moeda estrangeira | 4.430 | 2.956 | 4.431 | 2.956 |
| Total | 4.718 | 3.190 | 4.732 | 3.544 |

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | BANCO | | | | | Total | | CONSOLIDADO | |
|---|-------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Vencimento | | | | | Total | Total | Total | |
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | Acima de 1 ano | | | 2017 | 2016 |
| Aplicações em operações compromissadas | 11.053.964 | - | 431.445 | - | - | 11.485.409 | 6.771.252 | 11.485.409 | 6.771.252 |
| Revendas a liquidar - Posição bancada | 9.485.844 | - | 431.445 | - | - | 9.917.289 | 5.349.689 | 9.917.289 | 5.349.689 |
| Revendas a liquidar - Posição financiada | 1.568.120 | - | - | - | - | 1.568.120 | 1.421.563 | 1.568.120 | 1.421.563 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 901.196 | 129.510 | 20.435 | 588.068 | 199.074 | 1.838.283 | 891.562 | 1.838.283 | 891.562 |
| Total | 11.955.160 | 129.510 | 451.880 | 588.068 | 199.074 | 13.323.692 | 7.662.814 | 13.323.692 | 7.662.814 |
| Circulante | 13.124.618 | - | - | - | - | 13.124.618 | 7.662.814 | 13.124.618 | 7.662.814 |
| Não Circulante | - | - | - | - | 199.074 | - | - | 199.074 | - |

b. Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

- Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

| | BANCO E CONSOLIDADO | |
|---|---------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas | | |
| - Posição Bancada | 453.071 | 283.895 |
| - Posição Financiada | 67.745 | 64.109 |
| Subtotal | 520.816 | 348.004 |
| - Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 105.007 | 53.343 |
| Total | 625.823 | 401.347 |

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como "Títulos para negociação", "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

i. Para os títulos públicos federais (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.

ii. Fundo de investimento (FIDC) – cotas subordinadas - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.

| CONSOLIDADO | Valor contábil | | | | | | Total 2017 | | Total 2016 | | Ganho (perda) não realizado | Ganho (perda) não realizado |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Sem vencimento | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | Acima de 1 ano | Valor de curva | Valor de mercado | Valor de curva | Valor de mercado | | |
| LF | - | - | 35.951 | - | 166.690 | 534.913 | 735.218 | 737.554 | 2.336 | 179.051 | 178.976 | (75) |
| LFT | - | - | 259.374 | - | 6.485 | 3.021.847 | 3.289.222 | 3.287.706 | (1.516) | 3.522.597 | 3.519.942 | (2.655) |
| Total | - | - | 295.325 | - | 173.175 | 3.556.760 | 4.024.440 | 4.025.260 | 820 | 3.701.648 | 3.698.918 | (2.730) |
| II- Títulos para negociação | 2.340 | - | - | - | - | - | 2.334 | 2.340 | 6 | 2.054 | 2.054 | - |
| Carteira própria | 2.340 | - | - | - | - | - | 2.334 | 2.340 | 6 | 2.054 | 2.054 | - |
| Total | 2.340 | - | - | - | - | - | 2.334 | 2.340 | 6 | 2.054 | 2.054 | - |
| III- Títulos mantidos até o vencimento | - | - | 129.765 | - | - | - | 129.765 | 129.758 | (7) | 114.984 | 114.947 | (37) |
| Carteira própria | - | - | 129.765 | - | - | - | 129.765 | 129.758 | (7) | 114.984 | 114.947 | (37) |
| LFT | - | - | 102.360 | - | - | - | 102.360 | 102.354 | (6) | 90.653 | 90.624 | (29) |
| Total | - | - | 102.360 | - | - | - | 102.360 | 102.354 | (6) | 90.653 | 90.624 | (29) |
| Carteira vinculada a recompra | - | - | 26.219 | - | - | - | 26.219 | 26.218 | (1) | 23.280 | 23.272 | (8) |
| LFT | - | - | 26.219 | - | - | - | 26.219 | 26.218 | (1) | 23.280 | 23.272 | (8) |
| Total | - | - | 26.219 | - | - | - | 26.219 | 26.218 | (1) | 23.280 | 23.272 | (8) |
| Carteira vinculada a garantias (Nota 7b) | - | - | 1.186 | - | - | - | 1.186 | 1.186 | - | 1.051 | 1.051 | - |
| LFT | - | - | 1.186 | - | - | - | 1.186 | 1.186 | - | 1.051 | 1.051 | - |
| Total | - | - | 1.186 | - | - | - | 1.186 | 1.186 | - | 1.051 | 1.051 | - |
| Total - TVM | 21.221 | 112.435 | 777.909 | 35.505 | 445.092 | 10.009.896 | 11.397.021 | 11.402.051 | 5.030 | 9.602.403 | 9.617.654 | (5.959) |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | - | 1.392.162 | - | - | 1.266.375 | - |
| Não Circulante | - | - | - | - | - | - | - | 10.009.896 | - | - | 8.351.316 | - |

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|---|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação | 2.340 | 2.054 | 2.340 | 2.054 |
| Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda | 11.236.748 | 9.442.482 | 11.269.952 | 9.500.653 |
| Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento | 129.766 | 114.984 | 129.766 | 114.984 |
| Total | 11.368.854 | 9.559.520 | 11.402.058 | 9.617.691 |

No 1º semestre de 2017 e de 2016 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias. Em 30 de junho de 2017, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 4.026.446 (2016 - R\$ 3.699.969), sendo principalmente:

- R\$ 3.120.693 (2016 – R\$ 2.928.182) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 880.790 (2016 - R\$ 757.036) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Rendas com Títulos de Renda Fixa | 613.022 | 595.400 | 614.666 | 598.537 |
| Rendas de Aplicações de Fundos de Investimento | 2.866 | 3.224 | 2.917 | 3.433 |
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6b) | 625.823 | 401.347 | 625.823 | 401.347 |
| Rendas em Operações com Derivados | - | - | - | - |
| Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos | (2.281) | (1.738) | (2.281) | (1.738) |
| Total | 1.239.430 | 998.233 | 1.241.125 | 1.001.579 |

8. Operações de crédito

a. Composição da Carteira de Operações de Crédito

| | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | | 2016 | | 2017 | | 2016 | | 2017 | | 2016 | |
| Empréstimos e títulos descontados | 886.106 | 731.788 | 886.106 | 731.788 | 886.106 | 731.788 | 886.106 | 731.788 | 886.106 | 731.788 | 886.106 | 731.788 |
| Financiamentos | 588.524 | 657.808 | 588.524 | 657.808 | 588.524 | 657.808 | 588.524 | 657.808 | 588.524 | 657.808 | 588.524 | 657.808 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 8.503.237 | 8.199.799 | 8.503.237 | 8.199.799 | 8.503.237 | 8.199.799 | 8.503.237 | 8.199.799 | 8.503.237 | 8.199.799 | 8.503.237 | 8.199.799 |
| Financiamentos imobiliários | 2.854 | - | 2.854 | - | 2.854 | - | 2.854 | - | 2.854 | - | 2.854 | - |
| Subtotal | 9.980.721 | 9.589.395 | 9.980.721 | 9.589.395 | 9.980.721 | 9.589.395 | 9.980.721 | 9.589.395 | 9.980.721 | 9.589.395 | 9.980.721 | 9.589.395 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (36.924) | - | (36.924) | - | (36.924) | - | (36.924) | - | (36.924) | - | (36.924) | - |
| Total | 9.943.797 | 9.589.395 | 9.943.797 | 9.589.395 | 9.943.797 | 9.589.395 | 9.943.797 | 9.589.395 | 9.943.797 | 9.589.395 | 9.943.797 | 9.589.395 |
| Circulante | 6.124.455 | 5.861.268 | 6.124.455 | 5.861.268 | 6.124.455 | 5.861.268 | 6.124.455 | 5.861.268 | 6.124.455 | 5.861.268 | 6.124.455 | 5.861.268 |
| Não Circulante | 3.819.342 | 3.728.127 | 3.819.342 | 3.728.127 | 3.819.342 | 3.728.127 | 3.819.342 | 3.728.127 | 3.819.342 | 3.728.127 | 3.819.342 | 3.728.127 |

O aumento incorrido nas operações de crédito no semestre decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

b. Composição da Carteira por Modalidade e Níveis de Risco

| Operações de Crédito | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|------------------|----------------|----------------|---------------|--------------|--------------|------------|--------------|-------------------|-------------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| Empréstimos e títulos descontados | 7.803 | 776.959 | 61.894 | 26.794 | 3.211 | 712 | 2.107 | 477 | 6.148 | 886.105 | 731.788 |
| Financiamentos | 15.602 | 424.904 | 111.658 | 29.154 | 1.299 | 2.132 | 917 | 452 | 2.406 | 588.524 | 657.808 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 5.982.289 | 2.253.234 | 128.729 | 138.886 | 7 | - | 93 | - | - | 8.503.238 | 8.199.799 |
| Financiamentos imobiliários | - | 2.765 | 89 | - | - | - | - | - | - | 2.854 | - |
| Total | 6.005.694 | 3.457.862 | 302.370 | 194.834 | 4.517 | 2.844 | 3.117 | 929 | 8.554 | 9.980.721 | 9.589.395 |
| Outros créditos | 654 | 1.929.850 | 41.021 | 16.071 | 3.780 | 542 | 272 | 80 | 506 | 1.992.776 | 1.326.494 |
| Total geral | 6.006.348 | 5.387.712 | 343.391 | 210.905 | 8.297 | 3.386 | 3.389 | 1.009 | 9.060 | 11.973.497 | 10.915.889 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | (26.939) | (3.434) | (6.327) | (830) | (1.016) | (1.694) | (706) | (9.060) | (50.006) | (45.150) |
| Total líquido de provisões em 30/06/2017 | 6.006.348 | 5.360.773 | 339.957 | 204.578 | 7.467 | 2.370 | 1.695 | 303 | - | 11.923.491 | 10.870.739 |
| Total líquido de provisões em 30/06/2016 | 6.627.345 | 3.754.451 | 367.732 | 106.142 | 10.061 | 1.592 | 3.084 | 332 | - | - | - |

c. Composição da Provisão de Liquidação Duvidosa por Modalidade

| Operações de Crédito | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | | | | |
|---|---------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|------------|--------------|---------------|---------------|
| | A | B | C | D | E | F | G | H | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| Empréstimos e títulos descontados | 3.885 | 619 | 804 | 321 | 214 | 1.053 | 334 | 6.148 | 13.378 | 18.647 |
| Financiamentos | 2.125 | 1.117 | 875 | 130 | 640 | 459 | 316 | 2.406 | 8.066 | 7.809 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 11.266 | 1.287 | 4.166 | 1 | - | 46 | - | - | 16.767 | 10.468 |
| Financiamentos imobiliários | 14 | 1 | - | - | - | - | - | - | 15 | - |
| Total | 17.290 | 3.024 | 5.845 | 452 | 854 | 1.558 | 650 | 8.554 | 38.225 | 36.924 |
| Outros créditos | 9.649 | 410 | 482 | 378 | 162 | 136 | 56 | 506 | 11.780 | 8.226 |
| Total geral | 26.939 | 3.434 | 6.327 | 830 | 1.016 | 1.694 | 706 | 9.060 | 50.006 | 45.150 |

d. Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

d1. Operações de Crédito em Curso Normal

| | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | | | | | |
|----------------|---------------------|------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|------------|------------|--------------|-------------------|-------------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| 01 a 30 dias | 268.734 | 219.387 | 13.084 | 6.514 | 179 | 105 | 100 | 15 | 195 | 508.313 | 613.684 |
| 31 a 60 dias | 503.684 | 181.546 | 6.696 | 17.255 | 72 | 61 | 26 | 10 | 46 | 709.396 | 714.477 |
| 61 a 90 dias | 572.994 | 264.486 | 18.394 | 10.186 | 93 | 57 | 17 | 4 | 63 | 866.294 | 799.454 |
| 91 a 180 dias | 1.714.891 | 870.755 | 44.081 | 27.761 | 427 | 169 | 91 | 51 | 584 | 2.658.810 | 2.049.329 |
| 181 a 360 dias | 1.635.816 | 1.524.270 | 65.117 | 47.360 | 1.028 | 422 | 344 | 44 | 402 | 3.274.803 | 2.874.117 |
| Acima de 360 | 1.310.229 | 2.303.294 | 140.929 | 69.978 | 834 | 1.554 | 212 | 35 | 3.450 | 3.830.515 | 3.776.383 |
| Total | 6.006.348 | 5.363.738 | 288.301 | 179.054 | 2.633 | 2.368 | 790 | 159 | 4.740 | 11.848.131 | 10.827.504 |

d2. Operações de Crédito em Curso Anormal

| Parcelas Vencidas | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|------------|------------|------------|--------------|---------------|---------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| 01 a 30 dias | - | 6.351 | 16.974 | 310 | 62 | 35 | 296 | 24 | 89 | 24.141 | 45.608 |
| 31 a 60 dias | - | - | 29 | 6.466 | 53 | 29 | 28 | 19 | 88 | 6.712 | 18.235 |
| 61 a 90 dias | - | - | - | 30 | 1.837 | 28 | 26 | 22 | 163 | 2.106 | 4.747 |
| 91 a 180 dias | - | - | - | 13 | 31 | 190 | 253 | 197 | 283 | 967 | 1.067 |
| 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | 27 | 85 | 42 | 1.219 | 1.373 | 2.192 |
| Acima de 360 | - | - | - | - | - | - | - | - | 49 | 49 | 143 |
| Total | - | 6.351 | 17.003 | 6.819 | 1.983 | 309 | 688 | 304 | 1.891 | 35.348 | 71.992 |

Parcelas Vincendas

| | | | | | | | | | | | |
|----------------|---|-------|--------|--------|-------|-----|-----|-----|-----|--------|-------|
| 01 a 30 dias | - | 1.470 | 3.324 | 2.407 | 2.489 | 35 | 289 | 31 | 99 | 10.144 | 711 |
| 31 a 60 dias | - | 897 | 1.850 | 745 | 39 | 18 | 290 | 20 | 104 | 3.963 | 686 |
| 61 a 90 dias | - | 1.039 | 2.467 | 813 | 47 | 20 | 235 | 14 | 147 | 4.782 | 743 |
| 91 a 180 dias | - | 2.875 | 7.987 | 2.831 | 125 | 71 | 347 | 39 | 487 | 14.762 | 2.046 |
| 181 a 360 dias | - | 8.637 | 20.875 | 16.941 | 301 | 197 | 202 | 133 | 362 | 47.648 | 3.720 |
| Acima de 360 | - | 2.705 | 1.583 | 1.295 | 679 | 369 | 548 | | | | |

12. Intangível - Softwares

| | Software | |
|---|--------------|--------------|
| | BANCO | CONSOLIDADO |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 2.056 | 3.701 |
| Aquisição | 401 | 1.687 |
| Alienação | - | - |
| Amortização | (346) | (656) |
| Saldos em 30 de Junho de 2016 | 2.111 | 4.732 |
| Custo total | 7.442 | 14.058 |
| Amortização acumulada | (5.331) | (9.326) |
| Valor residual | 2.111 | 4.732 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 3.358 | 6.828 |
| Aquisição | 523 | 3.943 |
| Alienação | - | - |
| Amortização | (495) | (1.093) |
| Saldos em 30 de Junho de 2017 | 3.386 | 9.678 |
| Custo total | 9.567 | 20.877 |
| Amortização acumulada | (6.181) | (11.199) |
| Valor residual | 3.386 | 9.678 |
| Taxas anuais de amortização - % | 20% | 20% |

13. Depósitos

a. Composição de depósitos

| | BANCO | | | | | | CONSOLIDADO | | | | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2017 | | | | | | 2016 | | 2017 | | 2016 | |
| | Sem vencimento | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total | Total | Total | Total | Total |
| Depósitos à vista | 31.103 | - | - | - | - | - | 31.103 | 25.688 | 24.004 | 19.249 | - | - |
| Depósitos de poupança | 3.380.172 | - | - | - | - | - | 3.380.172 | 2.835.087 | 3.380.172 | 2.835.087 | - | - |
| Depósitos interfinanceiros | - | 2.320.281 | 4.449.750 | 4.506.338 | 9.356.895 | 1.975.086 | 22.608.350 | 16.431.562 | 22.608.350 | 16.431.562 | - | - |
| Depósitos interfinanceiros rurais | - | 1.179.861 | 587.281 | 872.814 | 1.005.451 | 112.984 | 3.758.391 | 3.122.809 | 3.758.391 | 3.122.809 | - | - |
| Depósitos a prazo | - | 8.844 | 695 | 973 | 4.864 | 318.413 | 333.789 | 184.263 | 279.215 | 168.793 | - | - |
| Conta de pagamento pré-paga | - | - | - | - | - | - | - | - | 23.124 | - | - | - |
| Total | 3.411.275 | 3.508.986 | 5.037.726 | 5.380.125 | 10.367.210 | 2.406.483 | 30.111.805 | 22.599.409 | 30.073.256 | 22.577.500 | 27.705.322 | 19.506.250 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | 2.406.483 | 3.086.644 | 2.352.397 | 3.071.250 | - | - |
| Não Circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

b. Despesas com operações de captações no mercado

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Depósitos de poupança | 108.045 | 104.394 | 108.045 | 104.394 |
| Depósitos interfinanceiros | 1.283.381 | 1.068.933 | 1.283.381 | 1.068.933 |
| Depósitos a prazo | 19.227 | 11.842 | 16.338 | 9.893 |
| Captações no mercado aberto | 74.018 | 73.047 | 74.018 | 73.047 |
| Outras despesas de captação | 19.181 | 4.643 | 19.182 | 4.643 |
| Total | 1.503.852 | 1.262.859 | 1.500.964 | 1.260.910 |

A variação verificada nos depósitos de poupança e interfinanceiros atende ao aumento na procura por esses produtos financeiros pelos participantes do SICOOB.

14. Obrigações por operações compromissadas

Maturidade

| | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | 2017 | | 2016 | |
|----------------|---------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|----------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | | | | | | 2016 | | 2016 | |
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | Acima de 12 meses | 1 ano | Total | Total | Total | Total |
| Próprio | 30.616 | 27.282 | 1.084 | 4.735 | - | - | 63.717 | 114.781 | - | - |
| Terceiros | 1.567.995 | - | - | - | - | - | 1.567.995 | 1.421.826 | - | - |
| Total | 1.598.611 | 27.282 | 1.084 | 4.735 | - | - | 1.631.712 | 1.536.607 | 1.631.712 | 1.513.173 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 23.434 |
| Não Circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

| | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | 2017 | | 2016 | |
|----------------|---------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|-------|---------|--------|---------|--------|
| | 2017 | | | | | | 2016 | | 2016 | |
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | Acima de 12 meses | 1 ano | Total | Total | Total | Total |
| LCA - PÓS | 41.581 | 121.237 | 30.893 | 257.179 | - | - | 450.890 | 66.234 | 450.890 | 55.269 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 13.695 |
| Não Circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

16. Obrigações por repasses do País

a) Composição das obrigações por repasses do País

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2030 e com encargos financeiros de até 11,31% a.a.

| | BANCO E CONSOLIDADO | | | | | | 2017 | | 2016 | |
|---------------------|---------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | | | | | | 2016 | | 2016 | |
| | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Total | Total | Total | Total |
| BACEN MCR 6-2 (a) | - | 165.766 | - | - | - | - | 165.766 | - | - | - |
| Tesouro Nacional | - | - | 21 | - | - | - | 21 | 42 | - | - |
| BNDES | 1 | 45.362 | 201.444 | 612.007 | 431.597 | 40.079 | 1.330.490 | 1.114.632 | - | - |
| Banco do Brasil/FCO | - | 2.609 | 9.024 | 34.400 | 11.865 | - | 57.898 | 52.319 | - | - |
| Finame | - | 43.673 | 114.312 | 358.919 | 168.162 | 654 | 685.720 | 694.187 | - | - |
| Funcafé | - | 20.436 | 134.168 | 13.783 | 2.622 | - | 171.009 | 177.267 | - | - |
| Total | 1 | 277.846 | 458.969 | 1.019.109 | 614.246 | 40.733 | 2.410.904 | 2.038.447 | 2.410.904 | 2.038.447 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | 736.816 | 530.756 | - | - |
| Não Circulante | - | - | - | - | - | - | 1.674.088 | 1.507.691 | - | - |

A variação do exercício acompanha parte da maior demanda por crédito descrita na Nota 8 a.

(a) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural – MCR 6-2.

b) Despesas com obrigações por repasses do país

| | BANCO E CONSOLIDADO | |
|-------------------------------|---------------------|---------------|
| | 2017 | 2016 |
| Tesouro Nacional | 1 | 1 |
| BNDES | 24.830 | 20.727 |
| FINAME | 8.212 | 6.259 |
| Banco do Brasil - FCO | 1.069 | 768 |
| Outras Instituições - Funcafé | 5.399 | 5.479 |
| Total | 39.511 | 33.234 |

17. Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

i. A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

ii. Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no semestre. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

Provisões constituídas

a1. Composição dos saldos patrimoniais

| | BANCO | | | | CONSOLIDADO | | | |
|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| | 2017 | | 2016 | | 2017 | | 2016 | |
| | Depósitos judiciais | Provisões | Depósitos judiciais | Provisões | Depósitos judiciais | Provisões | Depósitos judiciais | Provisões |
| Fiscais | 257 | 280 | - | - | 257 | 282 | - | - |
| Trabalhistas | 617 | 1.355 | 469 | 1.809 | 643 | 1.500 | 477 | 1.864 |
| Cíveis | 427 | 1.831 | 443 | 936 | 451 | 1.907 | 494 | 1.797 |
| Total | 1.301 | 3.466 | 912 | 2.745 | 1.351 | 3.689 | 971 | 3.661 |

a2. Movimentação das provisões para causas judiciais

| | BANCO | | | | CONSOLIDADO | | | |
|--|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2017 | | | | 2016 | | | |
| | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Total | Total | Total | Total | Total |
| Saldo inicial em 31 de dezembro | 82 | 1.439 | 821 | 2.342 | 2.274 | 2.566 | 2.629 | 2.629 |
| Constituições no semestre | 198 | 422 | 1.726 | 2.346 | 1.396 | 2.376 | 2.259 | - |
| Utilizações no exercício | - | (255) | (452) | (707) | (579) | (729) | (773) | - |
| Reversões no semestre | - | (251) | (264) | (515) | (346) | (524) | (454) | - |
| Saldo final em 30 de junho | 280 | 1.355 | 1.831 | 3.466 | 2.745 | 3.689 | 3.661 | 3.661 |

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 20e) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 20f).

Natureza das ações classificadas como "risco de perda provável"

i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como "risco de perda possível"

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do evento financeiro divulgado pelo Bancoob é o valor original de causa não atualizado.

b.1 Saldo dos passivos contingentes classificados como "risco de perda possível"

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|-------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Trabalhistas | 7.319 | 6.162 | 8.891 | 5.515 |
| Fiscais/Previdenciárias | 19.423 | 5 | 19.424 | 5 |
| Cíveis | 89.353 | 36.408 | 93.809 | 39.061 |
| Total | 116.095 | 42.575 | 122.124 | 44.581 |

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 722.044.031 (2016 – 559.647.094) ações, sendo 363.003.341 ações ordinárias (2016 – 281.359.247) e 359.040.690 ações preferenciais (2016 – 278.287.847), todas sem valor nominal. Em 2016 houve um aumento de capital no valor de R\$ 113.764 e no 1º semestre 2017 o aumento foi no valor de R\$ 155.063.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 45 (2016 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 5.024 (2016 - R\$ 3.557). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 90.684, referente ao resultado do 1º semestre de 2017 (2016 – R\$

64.200), a ser destinado na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do semestre. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 4.773, equivalentes a R\$ 6,61 por lote de mil ações (em 2016, R\$ 3.379, equivalente a R\$ 6,04 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

19. Limites operacionais - Acordo da "Basileia"

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR | 1.439.544 | 1.087.279 |
| PARCELAS DE RISCO (9,875%) | 782.766 | 710.760 |
| Parcela para Risco de Crédito - RWACPAD | 675.640 | 616.343 |
| Parcela para Risco de Mercado - RWAMPAD | 11.123 | 11.161 |
| Parcela para Risco de Crédito - RWAOPAD | 96.004 | 83.256 |
| ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL | 105.779 | 44.985 |
| PARCELA BANKING - RBAN (3) | 14.592 | 24.226 |
| PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE | 903.138 | 779.973 |
| ÍNDICE DE BASILEIA - IB | 16,74% | 14,64% |

20. Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Composição de relações interfinanceiras

a.1 Ativas

| | BANCO E CONSOLIDADO | |
|---|---------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação | 726.111 | 628.382 |
| Recolhimento recursos crédito rural – Bacen – MCR 6-2 (a) | 165.765 | - |
| Reservas compulsórias em espécie no Bacen | 35.884 | 18.210 |
| Bacen – Recolhimentos obrigatórios | 415.493 | 236.742 |
| Relações com correspondentes | 72 | 72 |
| Total | 1.343.325 | 883.406 |
| Circulante | 1.343.325 | 883.406 |
| Não Circulante | - | - |

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de agosto de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC MG070614/O-5 "S" DF

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Henrique Castilhanos Vilares - Presidente do Conselho
José Salvino de Menezes – Vice-Presidente do Conselho
Geraldo Souza Ribeiro Filho - Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Manoel Messias da Silva – Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Neilson Santos Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Énio Meinen – Diretor
Marcos Vinícius Viana Borges - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

CONTADOR

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O – S – DF